



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
ESPECIALIZAÇÃO EM ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

DEUVANIR DE SOUZA LIMA DINIZ

**FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFESSORES DE AEE: INCLUSÃO NA REDE  
ESTADUAL DE ENSINO DE PAU DOS FERROS – RN.**

MOSSORÓ

2017

DEUVANIR DE SOUZA LIMA DINIZ

**FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFESSORES DE AEE: INCLUSÃO NA REDE  
ESTADUAL DE ENSINO DE PAU DOS FERROS – RN.**

Artigo apresentado ao Curso de Especialização em Atendimento Educacional Especializado da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal Rural do Semi-Árido como requisito para obtenção do título de Especialização em Atendimento Educacional Especializado.

Orientador: Prof<sup>a</sup> Ma Glaudenia Alves Moura.

MOSSORÓ

2017

## RESUMO

Numa sociedade em contínuo aperfeiçoamento e constante mudança, formar cidadãos conscientes e competentes e incluí-los não é fácil, exige dedicação e empenho por parte dos profissionais da educação que carregam essa grande responsabilidade. As teorias do desenvolvimento e da aprendizagem da criança com deficiência, os conceitos sobre cada deficiência também mudam no decorrer dos anos, sendo necessário o aprimoramento de conhecimentos constantemente por parte dos professores, principalmente do professor de educação especial lotado na sala de AEE. Nesse sentido, a formação inicial do professor a nível de graduação torna-se insuficiente para acompanhar as mudanças sociais e buscar novos conhecimentos imprescindíveis para que possam contribuir significativamente na inclusão de seus alunos. Esse conhecimento teórico aliado a prática cotidiana e reflexiva, irá dar suporte pedagógico para o sucesso na inclusão da pessoa com deficiência na escola onde atua. Dessa forma, o presente artigo tem como objetivo, analisar a importância da formação continuada dos professores AEE das Escolas Estaduais de Pau dos Ferros –RN na melhoria do atendimento a criança com deficiência e na sua efetiva inclusão escolar. A pesquisa deu-se de forma qualitativa, com aplicação de questionários semiabertos aos professores de AEE e aos gestores das três escolas pesquisadas, também foram analisados os indicadores de matrícula, aprovação, reprovação, abandono e transferência dos alunos com deficiência matriculados nos anos de 2015 e 2016, para que se pudesse confrontar com a formação dos professores de AEE e responder a hipótese de que a formação continuada desses tem relevância na inclusão escolar. Após analisar os dados coletados, chega-se à conclusão de que os professores apesar de não ter formação específica em AEE e/ou educação especial, buscaram por conta própria se manter em formação através de cursos e leituras, e seu trabalho, vem contribuindo para permanência, progressão e inclusão dos alunos mesmo que não de forma efetiva, mas em processo.

Palavras-chave: FORMAÇÃO; AEE; INCLUSÃO.

## **ABSTRACT**

In a society in continuous improvement and constant change, shape conscious and competent citizens and include them in such society it is not easy, it requires dedication and commitment on the part of the education professionals who carry this great responsibility. The developmental and learning theories of children with deficiency, the concepts of each deficiency also change over the years, and it is necessary to improve knowledge constantly on the part of the teachers, especially the special education teacher who stays in the Specialized Educational Assistance (Atendimento Educacional Especializado, known as AEE) room. In this sense, the initial formation of the teachers at the graduation level becomes insufficient to accompany the social changes and to seek new essential knowledge so that they can contribute significantly in the inclusion of their students. This theoretical knowledge allied to daily and reflective practice, will provide pedagogical support for the success of the inclusion of the person with deficiency in the school where the teachers operates. Thus, the present paper aims to analyze the importance of continued formation of the AEE teachers of the State Schools of Pau dos Ferros – RN in the improvement of assistance for children with deficiency and their effective school inclusion. The research was conducted under a qualitative approach, with the application of semi-open questionnaires to the AEE teachers and to the managers of the three schools surveyed. We also analyzed the indicators of enrollment, approval, disapproval, abandonment and transfers of students with deficiency enrolled in the years 2015 and 2016, so that we could confront with the formation of AEE teachers and answer the hypothesis that the continued formation of these teachers has relevance in school inclusion. After analyzing the data collected, we concluded that the teachers, despite not having a specific formation in AEE and/or in special education, they have sought to maintain themselves in formation through courses and readings, and their work has been contributing to permanence, progression and inclusion of the students, even if not in an effective way, but in process.

**KEYWORDS:** FORMATION; AEE; INCLUSION.

## 1 INTRODUÇÃO

Numa sociedade em contínuo aperfeiçoamento e constante mudança, formar cidadãos conscientes e competentes para interagir com a mesma se torna algo bem trabalhoso e que exige dedicação e empenho por parte dos profissionais da educação que carregam essa responsabilidade.

Ao analisar o papel do professor no processo de ensino e aprendizagem na contemporaneidade, torna-se importante destacar que a formação acadêmica inicial à nível de graduação não é suficiente para que consiga alcançar os objetivos conceituais e atitudinais em suas aulas diante das mudanças constantes. O mesmo acontece com o professor da sala de AEE, fazendo-se necessária a busca por novos conhecimentos que lhes permitam colocar em prática uma didática reflexiva, eficaz para atender a diversidade de necessidades apresentadas pelos alunos.

A formação continuada de professores é um processo que capacita sem que seja necessário ausentar-se do local de trabalho, oferecendo a esse profissional a oportunidade de continuar o seu processo de aperfeiçoamento, apropriando-se de competências que contribuam para o enriquecimento de sua prática pedagógica.

Partindo deste pressuposto, o professor torna-se o agente principal da mudança de sua prática pedagógica, entendendo que para melhorá-la é preciso buscar atualizar-se em seus conhecimentos sobre as deficiências e a melhor forma de levar ao aluno os conhecimentos necessários a sua aprendizagem.

Dessa forma, justifica-se o interesse pelo tema de pesquisa a partir da observação realizada informalmente. Enquanto professora da Rede Estadual, foi possível observar que a professora do AEE da escola em que trabalho, foi lotada nessa função por estar readaptada por problemas na voz. A partir dessa observação, surgiu a vontade de conhecer quais são os critérios e formação do professor exigida para a lotação desses professores nas salas de AEE das Escolas Estaduais do município de Pau dos Ferros, no intuito de investigar se os gestores da rede estadual tem conhecimento de que a formação continua do professor é de fundamental importância para a melhoria dos índices de aprendizagem educacionais dos alunos com deficiência e conseqüentemente para sua inclusão.

A pesquisa apresentada no presente artigo, teve como objetivo analisar a importância da formação continuada dos professores lotados nas salas de Atendimento Educacional Especializado - AEE das Escolas Estaduais do município de Pau dos Ferros –RN, na melhoria dos índices de aprendizagem dos alunos com deficiência e na sua inclusão escolar.

Para tanto, realizou-se pesquisa bibliográfica com seleção de autores, teóricos que estudam sobre a formação do docente, como Antônio Nóvoa, Carlos Libâneo, Paulo Freire, Maria do Socorro Lucena Lima e outros. Visitou-se as escolas e as salas multifuncionais (AEE), onde aplicou-se questionários semiabertos aos professores lotados nas salas de AEE e seus gestores. Também foram analisados os indicadores de aprendizagem dos alunos com deficiências matriculados nas escolas nos anos de 2015 e 2016, para coleta desses dados utilizou-se dos recibos emitidos pelo censo escolar de cada ano pesquisado.

Pretende-se com a pesquisa coletar dados suficientes onde fosse possível traçar um paralelo entre o índice de aprendizagem dos alunos nos anos de 2015 e 2016, as respostas dos professores de AEE e gestores ao questionários aplicado, com a formação dos professores das salas de AEE, no intuito de responder a hipótese de que o professor que recebe continuamente formação do Estado, ou investe por conta própria em sua formação e profissionalização, aliando teoria a uma prática pedagógica reflexiva contribui para que os índices de aprendizagem dos alunos melhorem e para uma inclusão efetiva desse dentro e fora da escola.

## **2 DESENVOLVIMENTO**

### **2.1 Conceito de Formação Continuada**

A formação docente, especificamente a formação continuada, exprime a ideia de projetos em que ações de formação acontecem em situações e espaços específicos, conforme propostas elaboradas a partir de necessidades de um indivíduo, ou um grupo.

Uma formação continuada é, segundo (Nadal, 2005) concebida como um processo formativo, a desenvolver-se com os professores na própria escola, trabalhar com as questões problemáticas com que eles se defrontam no cotidiano, transformando a prática pedagógica no núcleo do trabalho a ser desenvolvido.

De acordo com (Lima, 2002, p. 91) “O conceito de formação está ligado ao trabalho do professor e a produção de si mesmo enquanto profissional”. Reconhecendo-se sujeito de sua formação continuada o professor reconhece que sua prática pedagógica é autônoma e que a o investimento em sua formação contribui diretamente para a melhoria da educação.

Os docentes precisam ser profissionais competentes, cuja formação os torne capazes de criar novos ambientes de aprendizagem, que colaborem para o desenvolvimento de cidadãos autônomos, de indivíduos que pensam por si mesmos e que estabelecem relações de reciprocidade, interação e inclusão.

Freire (2000, p.43) enfatiza que, “na formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática”.

Nessa perspectiva, há sempre a preocupação de que os temas discutidos, as experiências realizadas, as propostas alternativas aplicadas ou elaboradas originem-se da própria realidade educacional que caracteriza o processo ensino-aprendizagem.

Para, Antunes, (2001, p.78), é impossível estimular e desenvolver nos alunos competências sem uma mudança expressiva na atuação docente. Agora, cabe ao professor uma educação permanente, logo, uma apropriação de muitas competências a serem usadas, enriquecida por estudos, pesquisas, leituras, debates, por cursos que se assiste, contudo, “a mais inefável e imprescindível competência é a do próprio professor em administrar sua formação continuada, com enriquecimento diário”.

Segundo Libâneo (2004, p.227),

O termo formação continuada vem acompanhado de outro, a formação inicial. A formação inicial refere-se ao ensino de conhecimentos teóricos e práticos destinados à formação profissional, completados por estágios. A formação continuada é o prolongamento da formação inicial, visando o aperfeiçoamento profissional teórico e prático no próprio contexto de trabalho e o desenvolvimento de uma cultura geral mais ampla, para além do exercício profissional.

Assim, a formação continuada oportuniza ao professor a construção de novos conhecimentos, a apropriação de novas técnicas de ensino, e ainda de compartilhar experiências coletivamente, cooperando com seus colegas, encontrando, assim, formas inovadoras de enfrentar os problemas de sala de aula, do AEE e de sua escola.

Entende-se que a formação do professor está diretamente relacionada à qualidade da educação, e que a rotina da escola deve se constituir com foco nas aprendizagens, de forma significativa e prazerosas para todos os seus segmentos.

Dessa forma, caracteriza-se a formação continuada e sua importância, a partir da reflexão que se faz sobre a prática cotidiana do professor na escola, e seu impacto no índice de desenvolvimento e aprendizagem do aluno, porém, percebe-se que na atualidade educacional, ainda existe uma carência de leituras, estudos, discussão coletiva, pesquisa, atualização metodológica por parte de professores, que não despertaram para a realidade social atual, sua dinâmica em plena inovação e para a clientela atendida, como sujeitos reais.

## **2.2 Metodologia**

O município de Pau dos Ferros - RN tem em funcionamento nove escolas estaduais, porém, apenas três dessas escolas dispõem de salas multifuncionais com professores lotados

realizando atendimento cotidianamente aos alunos matriculados com deficiência. Essas escolas foram alvo da pesquisa, identificadas no trabalho como Escola 1, Escola 2 e Escola 3.

Vale ressaltar que ao procurar a 15ª Diretoria Regional de Educação (DIREC) para tomar conhecimento de quantas e quais escolas estaduais localizadas no município possuíam salas de recursos multifuncionais recebidas pelo governo federal, foi informado que foram enviadas salas para outras escolas, e que realizaram a devolução dos equipamentos e recursos por não terem espaço na escola para construção da sala, visto que funcionam em prédios alugados.

Utilizou-se de pesquisa qualitativa, que tem como característica de acordo com Godoy (1995, p. 21), “(...) o pesquisador vai a campo buscando “captar” o fenômeno em estudo a partir da perspectiva das pessoas nele envolvidas, considerando todos os pontos de vista relevantes”. Nesse sentido, realizou-se visita in locu nas três escolas, onde aplicou-se questionários semiabertos aos professores de AEE e seus gestores. Analisou-se os indicadores de matrícula, aprovação, reprovação e abandono dos alunos com deficiências nos últimos dois anos 2015/2016, utilizando-se dos recibos emitidos pelo censo escolar de cada ano pesquisado.

Realizou-se pesquisa bibliográfica com seleção de autores, leituras que subsidiaram a fundamentação teórica para a escrita do trabalho no que se refere a formação do docente, e a atuação do professor da sala de AEE.

Esses dados serão apresentados com o objetivo de traçar um paralelo da permanência, abandono, reprovação e/ou progressão dos alunos deficientes incluídos na escola no decorrer dos anos analisados, com a prática pedagógica desenvolvida pelos professores do AEE, com vistas a identificar a importância da formação inicial e continuada desses profissionais no sucesso ou insucesso desses alunos.

## **2.3 Resultados/Discussão**

Aplicou-se questionários semiabertos aos diretores das três escolas, identificados aqui por d1, d2 e d3, assim como também aos três professores das salas de AEE, identificados como p1, p2 e p3, sendo que os numerais que seguem as consoantes identificadoras referem-se a escola na condensação de suas respostas com relação aos questionamentos realizados.

Dos diretores que participaram da pesquisa, dois estão na função na escola há menos de seis meses e um há três anos, todos afirmam que a lotação do professor da sala de AEE é



realizada pela Secretaria Estadual de Educação através da DIREC – Diretoria Regional de Educação e Cultura, a escola apenas comunica a carência através de ofício.

Quando questionados sobre os critérios utilizados para realizar a lotação de professores da sala de AEE, o d1 disse que “os professores tem curso ou formação na área”; o d2 afirma que o professor deve, “ser pedagogo, ter afinidade e se propor a estudar e fazer cursos na área”; d2 “professores com especialização na área e curso de formação”.

Dessa forma, apesar de apontarem como responsável pela lotação dos professores a 15ª DIREC, ressaltando que a escola não tem participação na lotação dos professores, os diretores demonstram em suas falas conhecer os critérios de lotação, e afirmam solicitar o profissional para suprir a carência via ofício, indicando quais dos professores da escola tem o perfil para o cargo. Dessa forma, é coparticipante do processo de escolha do professor para o cargo, embora não tenha autonomia para lotar seus professores.

Os critérios para lotação de professores nas salas de AEE, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, em seu art. 59, III,

Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

A Resolução do Conselho Nacional da Educação- CNE/CEB nº 02/2001, que Instituiu Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (DCNEE-EB), vem confirmar o que está expresso na LDB no que se refere a necessidade do professor da sala de AEE precisar de formação, especialização na área de educação especial, conforme seu Art. 8º, V:

As escolas da rede regular de ensino devem prever e prover na organização de suas classes comuns:

V – serviços de apoio pedagógico especializado em salas de recursos, nas quais o professor especializado em educação especial realize a complementação ou suplementação curricular, utilizando procedimentos, equipamentos e materiais específicos;

Esses documentos destacam a necessidade da implementação de serviços na Educação Especial e traçam um novo perfil do professor que deve assumir os espaços responsáveis pela escolarização dos alunos Público Alvo da Educação Especial no sistema regular de ensino. Partindo dessa perspectiva, o professor de educação especial, lotado nesse ambiente, passa a ser considerado elemento fundamental na consolidação da inclusão escolar do aluno com deficiência.

Com relação se a escola e/ou secretaria oferecerem curso de capacitação em serviço na área de educação especial para os professores da sala de AEE, o d1 disse não ter conhecimento, o d2 afirmou que sim, esporadicamente e o d3 respondeu que a secretaria já ofereceu cursos de formação a distância em parceria com a Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN).

A mesma pergunta foi realizada aos professores, que emitiram as seguintes afirmativas, p1 “sim, foram cursos oferecidos pela secretaria em várias modalidades”, p2 e p3, afirmaram nunca ter feito cursos oferecidos pela escola e/ou Secretaria de Educação na área de atuação.

Assim, entende-se que a secretaria de educação já ofereceu cursos de capacitação em serviço para os professores de AEE, porém, há alguns anos não oferta nenhum curso para esse público nem pela escola, nem pela secretaria.

Ao responder a pergunta, você considera que as professoras de Educação Especial lotada na sala de AEE tem realizado um trabalho que vem contribuindo para a inclusão dos alunos? O d1 respondeu que o trabalho desse profissional “tem sido de grande ajuda na busca da inclusão destes alunos, pois os mesmos tem mostrado evolução”, o d2 “em parte, pois esta área de trabalho ainda deixa muito a desejar”, o d3 “sim, pois o mesmo ajuda e contribui no processo de alfabetização e inclusão”.

Apenas o d2 não destacou a importância do trabalho do professor de AEE na inclusão dos alunos atendidos. Vale ressaltar que esse gestor é o mais antigo na função e na escola dos que contribuíram com a pesquisa, e possivelmente devido aos anos de experiência tenha a percepção de que a inclusão não depende somente do professor da sala de AEE, mas de toda uma estrutura educacional, física e atitudinal.

Perguntou-se quais os principais desafios que interferem no processo de inclusão dos alunos com deficiência matriculados nessa escola e os diretores elencaram como desafios, d1 “a pouca participação dos pais, pois a maioria não trazem os alunos para o atendimento”, o d2, além do desafio citado pelo primeiro diretor, acrescentou a falta de acessibilidade do prédio e o d3 “aceitação dos professores das salas regulares, o apoio da família em reconhecer e aceitar a necessidade do aluno, mais profissionais que possam ajudar na evolução e desenvolvimento desses educandos (psicólogos, fonoaudiólogos, assistente social e médicos especializados)”.

Dois dos diretores colocam como desafio a falta de apoio dos pais em trazer os alunos para o atendimento no contra turno, além disso, duas escolas não passaram por reforma de

acessibilidade pois os prédios não são do estado, são alugados. Isso dificulta a inclusão devido a impossibilidade de locomoção de cadeirantes em alguns ambientes da escola.

Os professores responderam a essa pergunta e citaram como desafios, a necessidade de se manter um canal aberto de interlocução entre professores das salas de AEE, professores das salas de aula e demais profissionais da escola para que realmente aconteça a inclusão. Outro desafio seria o como avaliar esses alunos com vistas a garantir seus direitos de aprendizagem, ou seja, respeitando sua evolução global, não apenas de forma classificatória por disciplina. A aceitação por parte da família e a união entre equipe multifuncional da área da saúde e escola com o intuito de melhor atender as necessidades apresentadas pelos alunos com deficiência no seu processo de aprendizagem e inclusão.

Quando questionados sobre o acompanhamento realizado pela gestão aos alunos com deficiência com relação a sua aprendizagem, permanência e progressão na escola, os diretores disseram que, d1 "sim, mesmo não sendo ainda o ideal, mas fazemos um monitoramento da evolução e do desempenho dos alunos", d2 "sim, pois com base na portaria de 17 de maio de 2013 a avaliação é contínua e cumulativa, considerando as possibilidades de cada estudante, sem fins de retenção", o d3 "sim, a escola realiza um acompanhamento através de relatórios semestralmente, sempre buscando apoio da família que nem sempre é correspondido".

De acordo com as respostas, os gestores afirmam acompanhar o desempenho educacional dos alunos com deficiência matriculados na escola, porém, um dos diretores diz que o acompanhamento ainda não é o ideal. Vale ressaltar que a portaria citada pelo gestor é na verdade a Portaria nº 981/2016-SEEC/RN, que Estabelece normas de Avaliação da Aprendizagem Escolar para a Rede Estadual de Ensino e dá outras providências, em consonância com a Lei nº 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Perguntou-se a diretores e professores se existe por parte da gestão e/ou Secretaria de Educação preocupação em relação a formação dos professores de AEE e o sucesso da inclusão dos alunos com deficiência matriculados na escola. Realizarei comparativo nas falas dos profissionais da mesma escola em suas falas: d1 afirma se preocupar, pois a Secretaria não tem oferecido cursos e a formação da professora é realizada por conta própria. P1" há muito tempo a secretaria não oferece cursos e nem encontro de aperfeiçoamento, e quando oferece, não se estende por muito tempo, nem tampouco há acompanhamento e apoio da DIREC".

A diretora da escola 2 aparentemente não compreendeu a pergunta e diz disponibilizar a educadora para formações, enquanto a professora relata que "a escola demonstra

preocupação, porém, as ações ainda são poucas no sentido da formação do professor. No sucesso desses alunos ainda não percebo essa preocupação.”

Na escola 3, o diretor afirma que “espero que a escola receba profissionais já habilitados para desenvolver esse trabalho” e a professora “falta professores com formação na área de educação especial, o que dificulta o trabalho na escola”.

Nesse sentido, percebe-se que na escola 1 diretor e professor compartilham da mesma preocupação com relação a ausência de formação para os professores da sala de AEE, além da necessidade de cursos com maior duração de apoio efetivo dos profissionais responsáveis pela educação especial da 15ª DIREC.

Na escola 2, a professora apresenta notável preocupação com relação a falta de ações efetivas tanto com relação a sua formação, como principalmente com relação ao sucesso dos alunos matriculados com deficiência, enquanto que a gestão da escola disponibiliza a professora para participar de capacitações, fora do ambiente de trabalho como se fosse algo extra ao trabalho e não intrínseco. Demonstrando assim, não compreender que também é da escola a responsabilidade de capacitar, oferecer formações a seus professores, ou simplesmente transferindo a responsabilidade a outrem.

A escola 3 apresenta resposta semelhante e de certa forma intrigante, ambos defendem a necessidade de profissionais especialistas em educação especial para atender a demanda na escola. É intrigante, visto que a professora de AEE dessa escola em seu questionário afirma se considerar preparada, com conhecimentos suficientes para desenvolver seu trabalho no que se refere ao desenvolvimento e inclusão dos alunos com deficiência matriculados na escola, e ao mesmo tempo com relação a esse questionamento, diz que há falta de professores com formação na área de educação especial, o que dificulta o trabalho na escola.

Em sua fala, o diretor demonstra não se preocupar com a formação continuada da professora, visto que anseia pela contratação de profissionais pelo estado já especializados na área, prontos para assumir a função sem que haja mais necessidade de adquirir conhecimento algum, no entanto, sabe-se que esse profissional não existe e nunca vai existir, visto que o que é novo agora daqui há poucos instantes torna-se ultrapassado, principalmente quando nos referimos a educação.

Vale ressaltar que das três professoras que contribuíram com a pesquisa, duas são pedagogas e uma tem como formação inicial Letras Português, todas são especialista em Psicopedagogia.

Com relação ao tempo de experiência na sala de recursos multifuncionais na escola, p1 está lotada na sala de AEE da escola há dez anos, a p2, há apenas oito meses, não sendo

possível assim utilizar comparativo entre sua formação e os indicadores de aprendizagem dos anos analisados na pesquisa, e a p3 há quatro anos e cinco meses.

Perguntou-se as professoras, como elas se sentem atuando na sala de AEE e a p1 diz ser desafiadora a função devido a necessidade constante de descobrir caminhos metodológicos que facilitem a aprendizagem do aluno, a p2 afirma se sentir bem, porém, sente que precisa se capacitar para melhor atender a clientela e a p3 “tem sido uma experiência”. É notável a preocupação das professoras em desenvolver junto aos alunos um atendimento que contribua com aprendizagem dos alunos em suas respostas.

Quando questionadas sobre já terem realizado cursos de formação continuada em serviço oferecido pela escola ou Secretaria Estadual de Educação, apenas a p1, que está na sala mais tempo afirmou ter participado. No entanto todas elas disseram já ter realizado cursos de formação continuada custeados por conta própria, inclusive a pós graduação em psicopedagogia, o que demonstra que as educadoras refletem e investem em sua auto formação profissional.

Achou-se importante perguntar aos professores se consideravam sua experiência, formação e conhecimento suficientes para que pudessem desenvolver bem seu trabalho com vistas a uma boa aprendizagem e a inclusão dos alunos com deficiência matriculados na escola, p1 e p2 revelam que sua formação inicial apesar de terem sido significativa para sua profissionalização, não é suficiente, p1 acrescenta que “é imprescindível investir na criação de uma política continuada de formações para profissionais da Educação Especial” e p2 “nunca estamos preparadas quando tema é inclusão. “Há sempre algo a aprender”. Já a p3 “Sim, já completei 31 anos de trabalho na educação e 26 anos professora e a prática de todos esses anos me fez aprender dia a dia com essas pessoas tão especiais”, assim, considera-se com conhecimentos suficientes.

Nesse sentido, Nóvoa (1991, p.13) nos afirma que, “A formação não se constrói por acumulação (de cursos, de conhecimentos ou técnicas), mas através de um trabalho de reflexividade crítica sobre as práticas e de reconstrução permanente de uma identidade pessoal”, pois na educação, as certezas de hoje tornam-se as dúvidas de amanhã, por isso há a necessidade de reflexão e de mudanças de rota do educador

Quando dada a oportunidade para se expressarem livremente sobre algo que queiram dizer que eventualmente não lhes foi perguntado no questionário, as professoras falam sobre a importância do estudo e da formação contínua para melhor acompanhar os alunos com deficiência no AEE e na escola, de forma que venham auxiliar no desenvolvimento de suas habilidades, potencializando-as e na real inclusão. A profissionalização dos professores está

condicionada a uma sólida formação teórica aliada à conquista da autonomia individual e coletiva. Para Nóvoa (1991, p.13), “A formação deve estimular uma perspectiva crítico-reflexiva, que forneça aos professores os meios de um pensamento autónomo e que facilite as dinâmicas de auto formação participada.”

Relatou-se também a necessidades dos professores das salas regulares participarem de formações para melhor aceitação dos alunos com deficiência, conhecimento de seus direitos de aprendizagem e melhoria de metodologias em sala de aula que o inclua nas atividades desenvolvidas com vista a melhor aquisição de conhecimento por parte desse alunos dos conteúdos ministrados.

### 2.3.2 Análise dos Indicadores de Aprendizagem das Escolas

Analizou-se os indicadores de aprendizagem, matrícula, aprovação, reprovação, abandono e transferência de alunos com deficiência das Escolas Estaduais 1, 2 e 3 dos anos de 2015 e 2016 fazendo uso dos dados dos recibos impressos do censo.

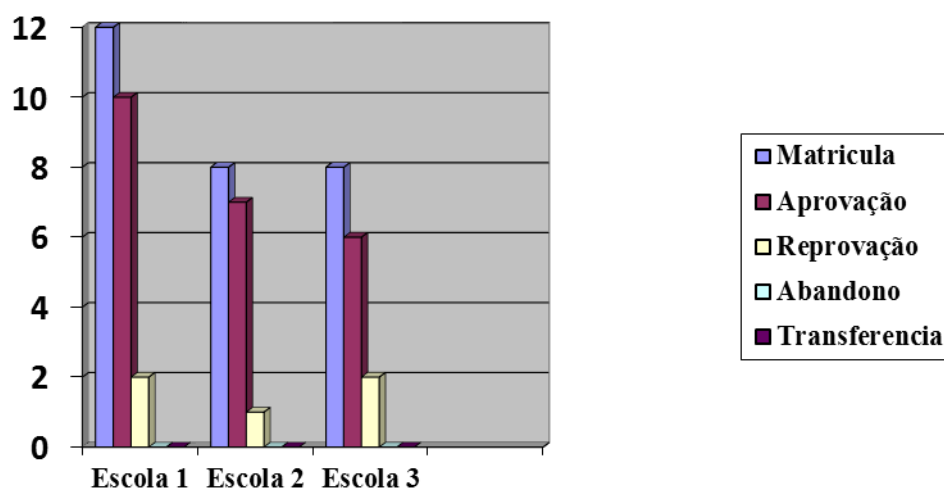


Gráfico 1 – Indicadores de Aprendizagem dos alunos deficientes no ano de 2015.

No ano de 2015 com relação a matrícula, a escola que recebeu mais alunos na sala de recursos multifuncionais foi a Escola 1, vale ressaltar que a escola recebe alunos de 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental e 1ª, 2ª e 3ª série do Ensino Médio, dessa forma, tem uma das maiores matrículas dentre as Escolas Estaduais localizadas no município de Pau dos Ferros-RN.

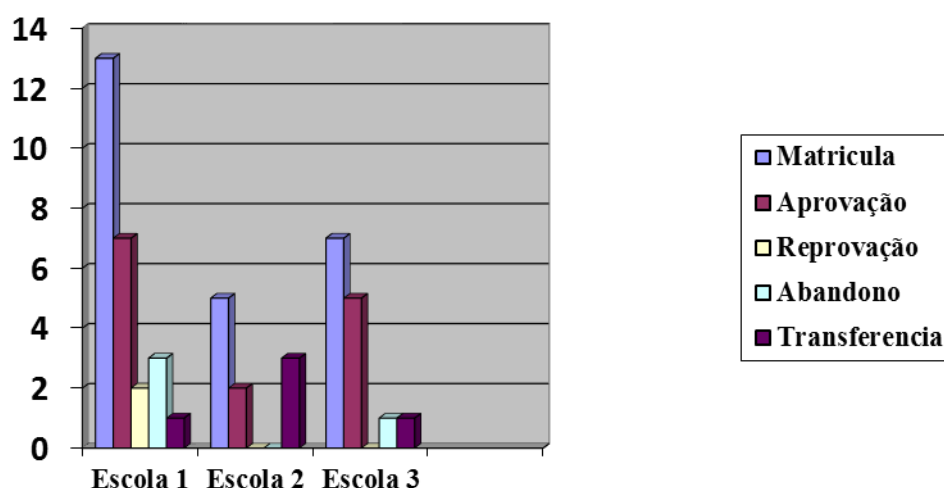
A escola onde houve maior aprovação, com 87,5% dos alunos progredindo para a série seguinte, foi a Escola 2, seguida pelas Escolas 1 com 83,4% e pela Escola 3, com 75% alunos aprovados.

No que se refere a reprovação, a Escola 1 apresentou uma taxa de 16,6%, A Escola 2, 12,5% de alunos reprovados e a Escola 3 não teve aluno reprovado neste ano. Nesse sentido, a Escola 1 foi a que mais reteve alunos, reprovando 2 do total de 12 alunos matriculados.

Nesse sentido, é importante destacar que de acordo com o Parecer CNE/CEB Nº 11/2010 publicado no D.O.U no dia 9/12/2010 e a Resolução CNE/CEB Nº 07/2010 de 14 de dezembro de 2010 diz que nos três primeiros anos do Ensino Fundamental não haverá retenção dos alunos.

Assim, nas Escola 2 e 3 por não haver retenção no ciclo de alfabetização, de 1º ao 3º anos, e por ofertarem o Ensino Fundamental de 1º ao 5º ano, apresentam menor número de alunos com deficiência retidos, visto que só se pode reter a partir do 4º ano do Ensino Fundamental, diferente da Escola 1.

Em 2015, não houve abandono nas escolas pesquisadas. Com relação a transferência, somente na Escola 2, 25% dos alunos matriculados foram transferidos.



Gráfico

o 2 – Indicadores de Aprendizagem dos Alunos Deficientes no Ano de 2016.

Como pode-se analisar no gráfico 2, no ano de 2016, a aprovação da Escola 1 fechou em 53,9%, com 7 alunos dos 13 matriculados aprovados. A Escola 2 apresentou uma aprovação de 40% e a Escola 3, aprovou 71,4% dos alunos com deficiência, sendo a escola que apresentou dentre as pesquisadas, o melhor índice de aprovação neste ano.

Esse índice de aprovação ainda é muito pequeno se comparado ao índice geral das escolas e em especial, se refletirmos sobre o fato de que esses alunos devem ter sido acompanhados pela professor de AEE em suas dificuldades educacionais, de socialização e inclusão, assim como os professores das salas regulares devem ter trabalhado em conjunto

com o professor do AEE no que se refere a adaptação de metodologias, atividades e buscando a melhor estratégia para que o aluno pudesse aprender durante todo o ano letivo.

No que se refere a reprovação, analisando o gráfico 2, constata-se que somente houve reprovação na Escola 1, apresentando uma taxa de 15,4% de reprovação.

Durante a pesquisa e na análise das respostas do gestor da Escola 1, foi possível identificar entre os maiores desafios para manter os alunos frequentando a escola e principalmente o AEE no contra turno, devido o apoio dos pais, que não trazem os alunos para a escola com assiduidade.

Essa ausência nas aulas aliada a dificuldade apresentada por gestor e professor de AEE em suas falas, do trabalho do professor da sala regular com o aluno com deficiência no que se refere ao próprio aceitação por parte do professor de que esse aluno tem os mesmos direitos de aprendizagem dos demais matriculados, vem dificultando o desenvolvimento das habilidades e de conhecimentos necessários a sua progressão para o ano/série seguinte.

Apenas as Escolas 1 e 3 tiveram casos de abandono durante o ano de 2016, sendo que a Escola 1 apresenta 23% de abandono e na Escola 3, 14,3% de alunos que abandonaram os estudos.

O índice de alunos transferidos nas três escola foi bastante significativo se comparado ao ano de 2015, a Escola 1 teve 7,7 % de seus alunos transferidos para outra escola, a Escola 2, apresenta 60% de transferência e a Escola 3 foi de 14,3%.

É importante acrescentar que a professora de AEE da Escola 2, no ano de 2015 estava na função há mais de dez anos, e no ano de 2016, no segundo semestre saiu de licença e não mais retornou a escola por motivo de aposentadoria, e a demora burocrática da Secretaria de Educação em lotar o professor na sala de AEE justifica o auto índice de transferência.

### **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A pesquisa qualitativa foi desenvolvida em três Escolas Estaduais de Pau dos Ferros - RN, tendo como público alvo os professores das salas de AEE e seus respectivos diretores das escolas. Sendo possível a partir dos dados coletados com relação a formação em serviço para os professores da área de Educação Especial oferecida pela Secretaria de Educação Estadual e/ou Escola, há quase uma década esse tipo de formação não é oferecida e somente uma das professoras entrevistadas teve acesso a uma dessas formações, as demais nunca participaram. Todas buscaram por conta própria a sua formação em pós graduação em psicopedagogia.



Ao desenvolver o estudo dos Indicadores de Aprendizagem das escolas, índice matrícula, aprovação, reprovação, abandono e transferência dos alunos com deficiências nas escolas que dispõem do Atendimento Educacional Especializado nos anos de 2015 e 2016, percebeu-se que embora as escolas apresentem uma boa aprovação, porém, a reprovação ainda é bastante significativa e precisa-se ter um olhar voltado para os motivos que levam a essa reprovação, elencados por professores e diretores como sendo a falta de apoio e compromisso dos pais em levar os alunos para a aula e atendimento educacional especializado.

O abandono também ainda se apresenta como um desafio a ser superado, principalmente pela Escola 1 que oferece Ensino Fundamental de 6º ao 9º ano e Ensino Médio.

A transferência aparece como índice elevado no ano de 2016 na Escola 2, mais especificamente no segundo semestre devido a aposentadoria da professora do AEE, os pais dos alunos buscaram transferi-los para escolas onde houvesse o acompanhamento.

Nesse sentido, a formação das educadoras vem contribuindo para que possa desenvolver o atendimento do aluno na sala de AEE, porém, as mesmas sentem dificuldade em trabalhar em parceria com os professores da sala de aula regular e demais membros da comunidade escolar, deixando de contribuir significativamente para a inclusão em sala de aula e na escola, visto que não transpõe suas atividades profissionais às paredes da sala de AEE.

Duas das educadoras reconhecem que sua formação deve ser continua diante das constantes mudanças conceituais na área da Educação Especial, já uma das educadoras diz ser suficientes os conhecimentos adquiridos e não precisar mais participar de formação em serviço. Dessa forma apenas duas das três professoras do AEE pesquisadas refletem conscientemente sobre a importância da sua profissionalização para a melhoria da aprendizagem e da inclusão dos alunos com deficiência matriculados na escola.

Contudo, ao analisar os índices de aprendizagem dos anos de 2015 e 2016 e confrontá-los com o atendimento realizado pelo professor do AEE e se a sua formação foi significativa para que o aluno pudesse progredir na sua vida acadêmica e principalmente, em sua inclusão na escola, foi possível perceber diante das respostas ao questionário e dos resultados apresentados nos gráficos, 1 e 2, que os professores de AEE vem realizando atendimento aos alunos periodicamente, porém, seu trabalho se restringe basicamente a esses atendimentos previamente agendados com os alunos. Não havendo um trabalho desenvolvido em colaboração com os professores das salas regulares, o que tem contribuído para que a inclusão não se efetive totalmente, assim como que a aprendizagem dos alunos não seja a desejada.

Dessa forma conclui-se que a formação dos professores lotados nas salas de AEE das Escolas Estaduais de Pau dos Ferros – RN, contribui para que realize em seus atendimentos uma metodologia diferenciada da desenvolvida nas salas regulares, porém, faz-se necessário que escola e Secretaria de Educação incentivem a formação em serviço, para que se aprimorem conhecimentos teóricos e práticos, afim de que se desenvolvem na escola práticas pedagógicas que favoreçam a inclusão dos alunos com deficiência de forma efetiva. Os resultados obtidos me instigam a dá continuidade a pesquisa, estendendo-a as escolas da Rede Municipal de Ensino num próximo trabalho.

## REFERÊNCIAS

**ANTUNES**, Celso. *A avaliação da aprendizagem escolar*: fascículo 11. Petrópolis, RJ Vozes, 2001.

**BRASIL**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996

**FREIRE**, P. *Pedagogia do oprimido*, 17 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

**GODOY**. Arilda Schmidt. Pesquisa Qualitativa: tipos fundamentais. Revista de administração de Empresas. São Paulo, v. 35, n.3, p, 20-29.

**LIBÂNEO**. José Carlos. *Organização e Gestão da Escola – Teoria e Prática*. Goiânia: Alternativa, 2004.

**LIMA**, Maria Socorro Lucena; **SALES**, Josete de Oliveira Castelo branco. *Aprendiz da prática docente: a didática no exercício do magistério*. Fortaleza-CE: Demócrito Rocha, 2002.

**NADAL**, Beatriz Gomes. *Possibilidades para a formação de professores prático-reflexivos através de iniciativas de formação contínua: espaços de intersecção*. In: **Formação de Professores**: escolas, práticas e saberes / Beatriz Gomes Nadal. [et ali. Marina Holfmann Ribas, organizadora. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2005.

**NÓVOA**, Antônio. *Formação de professores e profissão docente*. In Formação Contínua de Professores: Realidades e Perspectivas. Aveiro: Universidade de Aveiro, 1991.

**Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001**. Institui Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica/Secretaria de Educação Especial. Brasília. MEC/SEESP, 2001. Disponível em: < [portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf) >. Acesso em: 15 abr. 2017.

**SHÖN**, Donald. *Educando o profissional reflexivo: um novo design para o ensino e a aprendizagem*. Porto Alegre: Artmed, 2000. Disponível em: <[http://www.abpp.com.br/documentos\\_referencias\\_diretrizes\\_formacao.html](http://www.abpp.com.br/documentos_referencias_diretrizes_formacao.html)> Acesso em: 03 jun. 2017

Disponível em: <<http://blog.centrodestudos.com.br/abolida-a-retencao-nos-primeiros-tres-anos-do-ensino-fundamental-de-9-anos/>>, acesso em: 07 jun. 2017